

**CPI - CARTELIZAÇÃO DA CITRICULTURA**

**16.08.2017**

**AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME****CPI - CARTELIZAÇÃO DA CITRICULTURA****16.08.2017**

**O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB** - Havendo número regimental, está aberta a sessão. Leitura da Ata da reunião anterior.

**O SR. MARCO VINHOLI - PSDB** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB** - Palavra ao deputado Marco Vinholi.

**O SR. MARCO VINHOLI - PSDB** - Peço a dispensa da leitura da Ata.

**O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB** - Em votação, os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovada e dispensada a leitura da Ata da sessão anterior.

O presidente efetivo, deputado Fernando Cury, lamentavelmente não pode estar presente hoje. Nessa sessão vamos cumprir uma missão bastante desagradável para todos nós, porque não é assim que gostaríamos de concluir nossos trabalhos. Mas é a limitação de toda a sorte, de toda espécie, um retrato bem evidente do enfraquecimento do poder Legislativo em nosso País. É mais do que isso ainda, aqui as coisas vazam para a imprensa, para o Ministério Público, para não sei quem, não sei para onde. Mas quando uma instituição como a Assembleia Legislativa de São Paulo institui uma CPI séria, buscando luzes sobre um problema seríssimo como é o cartel da nossa citricultura, que o deputado Rafael Silva me confidenciou outro dia que enxerga muito bem que ele existe.

Enfim, todo mundo que queira ver, mas temos barreiras de todas as espécies de todos os lados. Se Deus quiser vamos enfrentar essa realidade toda e assim como o Viegas não desiste, o Antônio Júlio não desiste, nós também não vamos desistir. Então quero passar a palavra ao nobre relator para que se algum outro deputado não queira fazer nenhuma intervenção, possa proceder a leitura, resumindo é óbvio, do relatório das atividades dessa CPI. Com a palavra.

**O SR. MARCO VINHOLI - PSDB** - Muito bem. Agradecendo aqui ao deputado Barros Munhoz, nosso presidente hoje nessa sessão, mas também autor e grande lutador da citricultura aqui no estado de São Paulo, que como bem colocou, trava uma luta em que nós não vamos desistir. É uma luta iniciada lá atrás, e que tem nessa CPI caminhos e meios para que possam trabalhar um pouco mais pelo citricultor paulista.

Vou cumprimentar o Barros, nosso querido deputado Itamar Borges, também uma pessoa que trabalha de forma muito ativa pela agricultura do estado de São Paulo, e pela citricultura. Os deputados Ed Thomas, Madalena, Pedro Kaká, e aos que hoje não estão presentes, mas também fazem parte dessa CPI, o Fernando Cury e o Zico Prado, importantes membros que trabalharam com muito afinco para chegar num resultado que estamos apresentando hoje.

Cumprimentar a FAESP, a Sociedade Rural Brasileira, a Associtrus, as pessoas que estão aqui nessa tarde, seus diretores e advogados, que trabalharam lado a lado conosco nessa CPI, eles que detém todos os dados e trouxeram luz para os produtores paulistas de laranja, para que pudessem no mínimo iniciar uma batalha. Uma batalha que vem de muitos anos e vai continuar em busca de resultados.

Queria iniciar dizendo que hoje mais cedo o Frauzo enviou uma matéria em que o Sr. Dino Tofini há alguns anos, em 15 de março de 2010, denunciou um pouco do que acontecia com esse cartel lá em Araraquara, do nosso querido deputado Massafra, também lutador pelo citricultor paulista. Então vamos lá. “O ex-empresário do setor de suco de laranja, Dino Tofini, decidiu revelar como surgiu e como operava o cartel da indústria de suco de laranja do qual participou e ajudou a montar no início da década de 90”. Vou passar alguns trechos que achei interessante para ilustrar um pouquinho do momento do que vivemos aqui da citricultura paulista.

“Como foi feito o acerto? Nós nos reuníamos todas as quartas-feiras e aí decidíamos quem ia comprar de quem, de qual produtor. Cada indústria tinha o seu quintal. Dividimos o estado de São Paulo em vários quintais e ninguém podia se meter no quintal do outro. O quintal da Cutrale era praticamente todo o estado. A Citrovita ficava mais com a região de Matão. Nós, com a região de Limeira. O meu quintal tinha cerca de 300 citricultores. O combinado, na época, era pagar três dólares e 20 pela caixa de laranja. Esse acerto de divisão de produtores era colocado no papel? Não, era verbal.

O senhor acha que as indústrias que participaram do suposto cartel devem ser punidas? É justo que elas sejam punidas. O cartel precisa acabar em benefício do Brasil,

se é que ainda há tempo para isso. O cartel existe até hoje? O cartel permanece até hoje, não há dúvida. Não tem mais as tradicionais reuniões às quartas-feiras, mas eles se falam às quintas-feiras, às sextas-feiras, todo dia. Eles se falam muito, o conceito do cartel se mantém vivo e já está incutido no sistema da indústria de suco de laranja no Brasil”.

Então com essa entrevista do Dino Tofini, que foi um dos membros que participou da correlação desse cartel, queria iniciar um breve resumo desse relatório que encaminhei para os deputados, mas que foi construído não por mim, mas por cada um dos membros da CPI, pela FAESP, pela Sociedade Rural Brasileira, pela Associtrus e pelo produtor de laranja do estado de São Paulo. É importante ressaltar de forma muito resumida, que fizemos dez audiências, e encadernei para distribuir. Pode distribuir para os deputados.

Nós tivemos um período muito curto para que essa CPI funcionasse, primeiro deixar isso muito claro. Foram 78 dias, presidente Barros, e conseguimos fazer dez audiências que possibilitaram a ouvir grande parte da indústria e das entidades representativas, tanto dos produtores, quanto da própria indústria. Possibilitaram a nós ter acesso ao leniente, e também uma diligência importantíssima que foi feita no Cade, na última semana. Além disso conseguimos construir junto com a indústria importantes depoimentos; vimos a tentativa de muitas vezes não chegar até nós as informações precisas para isso, mas por fim a indústria acabou passando para nós importantes documentações que estão sendo usadas nesse relatório que vou exemplificar aqui, um pouco do que conseguimos como provas da moderna cartelização da laranja.

Tivemos uma dificuldade muito grande em torno de conseguir os documentos do Cade, que trabalha sobre o prisma de um sigilo que foi colocado por uma juíza federal no início desse processo, do qual estamos discutindo até que ponto esse sigilo é mesmo necessário sobre todos os procedimentos, uma vez que a constituição do Cade empreende em poder disponibilizar para aqueles produtores que foram lesados, a possibilidade de ter a documentação e entrar com suas ações de reparação de danos, e o Cade ficou de nos enviar isso ainda essa semana, e infelizmente o tempo não coube para que pudéssemos utilizar nesse relatório. Mas nos próximos 60 dias o superintendente do Cade nos afirmou que deve sair um estrato desse acordo feito entre as indústrias lenientes e o Cade, para que possamos disponibilizar para esses produtores.

Então dizer que terminamos essa CPI, mas temos como primeiro compromisso pedir ao presidente da Casa que possamos dar sequência nesse trabalho, tendo mais uma

CPI, para junto com esses documentos do Cade dar sequência em todos os trabalhos iniciados aqui. Também dizer que no depoimento do leniente Paulo Ricardo Machado ficou muito claro, e de forma muito afirmativa a contribuição do deputado Zico Prado aqui pedindo para que constasse nesse relatório a frase que ele colocou falando nessa CPI, que é de muita importância para a conclusão que chegamos. Vou ler para nós. “Afirmção do leniente, Sr. Paulo Ricardo Machado, nas folhas 35 da transcrição do depoimento junto a CPI no dia 28 de julho de 2017, ao citar o Sr. Frauzo Ruiz Sanches de que o prejuízo no ano de 2011 foi de 40% para o produtor, além do prejuízo causado a arrecadação estadual”.

Com isso, também estamos encaminhando para a Secretaria Estadual da Fazenda para que se apure as perdas em todos esses anos de cartel, que geraram ao Estado de São Paulo, uma vez que houve com certeza essa sonegação de impostos. Também a denúncia em torno do sistema de irrigação muitas vezes utilizado pela indústria na produção de laranja no estado de São Paulo. Não conseguimos ir a fundo num requerimento do deputado Barros Munhoz, para averiguar a incidência dessa situação. Estamos apontando para que a Secretaria de Recursos Hídricos possa averiguar esse tipo de prática aqui no estado de São Paulo.

Também ressaltamos aqui importantes iniciativas, como a do deputado federal Antonio Carlos Mendes Thame, que fez um Projeto de Lei contra a verticalização da laranja. Projeto esse parecido com um do deputado estadual Zico Prado, que também prevê a limitação na verticalização da laranja. Eu ressalto aqui que essa neocaterlização é a verticalização da laranja, de forma muito clara nos dados fornecidos pela indústria. Nos últimos três anos, quase 40% de aumento nas terras produzidas por eles frente àquelas que são compradas de terceiros. Em resumo, logo não vai mais precisar combinar preço para comprar produtor, porque não haverá produtor.

Hoje já temos uma correlação muito grande da produção própria e de terceiros; a produção própria cresceu exponencialmente, e coloco isso no relatório, cada indústria o seu percentual, mas alguma coisa na ordem de 40% de 2013 para cá. Podemos verificar um número crescente dessa formação. Se apontamos em todos os indícios que através da divulgação da safra, da previsão dessa safra e do controle dessa safra a precificação da laranja vem sendo determinada pela indústria, com a verticalização, deputado Itamar Borges, isso vai se tornar cada vez mais forte em torno da indústria.

Então o resumo, de forma muito clara desse relatório é que apontamos que há fortes indícios da continuidade desse cartel por conta da indústria da laranja no estado

de São Paulo. Apontamos que a verticalização deve ser combatida, e Assembleia, assim como a câmara federal e o Estado brasileiro devem trabalhar por regular isso, não permitindo essa nova fase da cartelização da laranja. Que possamos buscar o compromisso da indústria e trabalhar para que o Consecitrus, órgão fundamental no diálogo entre produtores e indústrias para a consolidação desse preço possa entrar em atividade o mais rápido possível. Semana passada o Cade fez suas considerações arbitrando sobre esse estatuto, e agora cabe à indústria e aos produtores colocar em prática esse importante instrumento.

Presidente, em resumo era isso, falando de forma bem rápida sobre esse relatório. Considero que estamos no meio do caminho, e fizemos o máximo em 78 dias para apresentar algum resultado aos pequenos e médios produtores do estado de São Paulo.

Contei para o Massafera essa semana que domingo eu estava na casa do meu avô, que tem 87 anos, o seu Ideval, e estava lá no Sítio Santa Maria, onde ele me contava que em 1964 iniciou o cultivo de laranja na propriedade, em Tapinas, no distrito de Itápolis. Fomos estudar e aquilo aconteceu por conta de uma geada que teve na Flórida em 62, e em 63 a instalação da Suconasa no município de Araraquara. A partir dali a grande maioria de propriedades rurais da minha região foram para a laranja, e fizeram mais de 50 anos de produção. Poucos sobraram. Meu avô não sobrou, os vizinhos não sobraram, e se continuarmos nesse ritmo, poucos ou quase nenhum vai sobrar.

Então esse é nosso relatório, que apresentei para apreciação dos nobres colegas.

**O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB** - Alguém quer discutir o relatório ou se manifestar? Não havendo solicitação da palavra, coloco o relatório apresentado pelo relator, em votação. Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado o relatório final.

Apenas gostaria de esclarecer. Em primeiro lugar cumprimentar os membros que diligentemente buscaram encontrar respostas às indagações dessa CPI. Reitero que não ficamos satisfeitos com o resultado do trabalho, até pela exiguidade de tempo, mas agradeço aqueles que ajudaram nas informações que a CPI coletou. Como bem disse nosso relator Marco Vinholi, percorreu um trecho do caminho. Eu assumo o compromisso de procurar a criação de outra CPI sobre o mesmo assunto, para partirmos do término desse trecho e continuarmos, se Deus quiser, até o final da estrada.

A população de São Paulo e do Brasil, e especialmente todos aqueles... porque falamos muito na colaboração da cafeicultura para o desenvolvimento do Brasil, é verdade, falamos muito na colaboração da carne, da pecuária de corte, enfim, mas também é verdade que há uma importância extraordinária que a cultura da laranja propiciou a São Paulo e ao Brasil. Tem uma importância fundamental e merece que esse trabalho tenha continuidade.

Então sem mais delongas, dou por encerrados os trabalhos dessa reunião, e declaro também encerrados os trabalhos da presente Comissão Parlamentar de Inquérito. Muito obrigado a todos.

\* \* \*